



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



mas fica um ou zero, por causa das crises internacionais. Aí recupera de novo.

No conjunto, de 80 para cá, crescemos razoavelmente em ziguezague. O ziguezague foi menor na segunda metade da década de 90, do Real para cá. Anteriormente era muito forte o ziguezague. Mesmo assim, o saldo era positivo. Nessa década de 90, o saldo é de 24% do PIB. Então a gente não percebe no dia-a-dia. Mas cresceu o PIB: 24% é muita coisa num país. Bom, então não é verdade que o Brasil tenha parado o crescimento econômico. Nem em 80, nem em 90. Embora gostemos de nos autoflagelar e achar isso. Mas quando você vê os dados e compara – e quando compara com outros países não é verdade. Só que houve esse ziguezague. Quando se olham os dados sociais, é mais interessante ainda, porque não teve ziguezague. Cresceu incessantemente, melhorou. A taxa de analfabetismo caiu, a taxa de mortalidade infantil caiu. E por aí vai. Todos os dados sociais são consistentes, melhoraram.

Então o que é que está ruim? Tem muita coisa ruim. Primeiro, o ziguezague é péssimo. É uma gangorra. Quem ganha e depois pára de ganhar, se sente, talvez, pior do que antes de ganhar. Fica com raiva, é natural. Fica irritado, quer mais. Segundo, houve um aumento muito grande de oferta de novos bens. E as pessoas querem ter os novos bens.

Terceiro, o ponto de partida é baixo. Então quando eu digo: cresceu, melhorou tudo na área social, mas melhorou a partir de quando era muito baixo o ponto de partida. Tem que fazer sempre análise comparativa com outros países para ver o que está acontecendo. Porque senão, só num país não dá para saber exatamente se melhorou muito ou pouco, etc. E quando se faz a comparação, falta muito.

Então, não estou aqui cantando loas ao que o Brasil fez nos últimos vinte anos. Mas estou dizendo que o País tem vitalidade. E se tivermos uma política consequente nas áreas que mencionei, ele vai poder avançar, e avançar significativamente no século que se aproxima. E apesar de o novo mundo ser um mundo, como disse, e é óbvio, globalizado, é enganoso imaginar que para o Brasil isso significa a nossa exclusão. É o contrário.

Um Estado que existe, forças políticas que, bem ou mal, funcionam, uma capacidade negociadora que o Parlamento tem, uma imprensa que é muito livre. Por essas razões, o Brasil atraiu muito desenvolvimento com essa globalização. Outros países podem se queixar e dizer que estão sendo excluídos. Nós, não. Pode-se dizer que setores do País sim, mas o País como um todo, na proporção do mundo, passou a participar mais ativamente dessa nova divisão. Depende de nós sermos capazes de utilizar, para nosso proveito, a chance que temos. Ninguém vai dar de graça nada. Depende de nós. Mas basta olhar o desenho, o redesenho industrial do mundo.

Onde é que estão as novas fábricas de automóveis no nosso hemisfério? Concentradamente aqui. Onde é que está a petroquímica? Onde é que está a indústria aeronáutica? E o desenvolvimento aeroespacial que nós fizemos, graças à aeronáutica? E vários desenvolvimentos que foram feitos, que capacitaram o País a atrair capitais – e, mais que capitais, atrair tecnologia. Então, quando se olham hoje os dados, estamos num novo patamar de agregação de produto. Uma nova sofisticação na produção. Falta muita coisa.

Especialmente, por causa da crise de 98, com efeitos dramáticos no fim de 98 e 99, houve aí uma perda de velocidade, que nós estamos recuperando. Se forem ler os jornais de hoje, vão ver que um deles fala num círculo virtuoso, que é uma palavra que os economistas gostam muito de dizer e que é difícil de ver concretizada, mas a descrição feita na parte econômica desse jornal é muito clara nesse sentido. Por quê? O que é que acontece, o que está acontecendo esses meses agora, aqui, da metade do ano passado para este ano?

Quando houve a recuperação da economia brasileira com o Plano Real, houve um aumento do poder de compra imediato, porque parou a inflação. Ao parar a inflação, os mais pobres, que não iam com seu dinheiro para o banco, que não tinham, portanto, correção monetária, passaram a ter maior poder de compra automaticamente, porque deixou de haver perda de valor que a inflação roubava do salário. Então, isso aumentou o poder de compra. E, aumentando o poder de compra, aumentou também a produção, aumentou geladeira, televisor,

automóvel, tudo, tudo, até a crise. Na verdade foi mais de uma crise. Mas a maior foi em 98.

Desta vez a retomada de crescimento, por razões que eu não vou entrar em detalhes, está se dando de outra maneira. Qual é esta outra maneira? Por causa do câmbio, o fator que acelerou o crescimento foi a exportação. Setores exportadores passaram a crescer. Estamos crescendo a uma taxa de quase 20% de exportação. Nas exportações é uma coisa interessante. Hoje exportamos mais da metade, somando faturas. *Commodities*, produtos primários, são cerca de 25% do que nós exportamos. Depois, há os semi-industrializados e os industrializados. A maior parte da nossa exportação é de industrializados. Muito bem. Essas estão aumentando mais depressa que as *commodities*.

O preço das *commodities*, de café, de soja, é o mais baixo dos últimos vinte ou trinta anos. O volume não diminuiu, está aumentando. Isso significa que o Brasil recebeu menos recursos do que poderia ter recebido, mas não menos emprego, porque foi produzido o produto. Então houve uma ativação. Esse foi o primeiro momento dessa ativação.

O segundo momento dessa ativação depende da expansão da massa de pessoas empregadas. As estatísticas estão mostrando, nos últimos seis meses, o crescimento do número de empregos, sendo que o mês de maio foi recorde, desde que se tem o registro de emprego no Brasil. A taxa de desemprego parou de subir, que é o primeiro momento. Ao parar de subir, deixa menos aflitos os que estão empregados, aquela angústia de: vou perder meu emprego. Então, deixa menos aflitos os que estão empregados.

Bom, o segundo momento, portanto, é começar a diminuir a taxa de desemprego, mesmo que a taxa não caia, porque a taxa depende do número da oferta de mão-de-obra, e não só da oferta de emprego. Mesmo que ela não caia, havendo aumento do nível de emprego – o que está acontecendo – aumenta a massa de salário. Aumentando a massa de salário, aumenta também a atividade econômica. Aumentando a atividade econômica, então, não só pela exportação, mas começando a aumentar pelo consumo interno, o que acontece? É que é preciso aumentar o investimento para aumentar a produção. E isso dá um ciclo favorá-

vel. É claro que para chegar até isso sofremos bastante. Nada é imune a dificuldades. Mas se está conseguindo. E a taxa de juros caiu.

A taxa de juros, hoje, pela primeira vez, desde que fizemos a Constituição de 88 – eu fui constituinte, não votei assim, porque eu achava que não devia estar na Constituição o valor da taxa de juros, mas lá está escrito que deve ser 12% real ao ano. Pela primeira vez, desde 88, pelo menos, a taxa de juros Selic é de 11%. Porque é 17, mas a inflação é 6. Como a inflação é 6 a 17, o real é 11. Pelo menos, a Constituição está sendo obedecida em matéria de juros. Isso é importante. Mas, mais importante do que isso é que a taxa de juros começa a cair.

Então, existem, efetivamente, condições de uma retomada de crescimento. Vamos retomar, esteja eu certo, para que possamos então ter uma expansão daquilo que conta. É renda. Tem que haver a expansão da renda. A expansão da renda tem que ser traduzida. E ela é consequência do aumento da produtividade, é consequência do aumento da produção, das exportações, mas ela tem que ser consequência só da expansão do número de pessoas empregadas, mas do nível de salário. Imagino que, a partir do ano que vem, seja possível assistir a uma recuperação mais forte do nível de salário. É necessário isso, para o bem-estar do povo, e também é necessário para que se possa, efetivamente, ter um crescimento sustentado.

Bom, então é assim que estou vendo o panorama. Comecei lá longe, na questão internacional, na questão nacional, as chances que temos. Não acho que se deva ter uma atitude derrotista frente à globalização. Tem que ser uma atitude proativa. O Brasil tem chance efetiva de organizar seu espaço econômico em cooperação estreita com seus vizinhos, de exercer uma posição mais ativa no concerto internacional à condição de nós avançarmos, o mais rápido possível, nas pré-condições sociais científicas e tecnológicas. E de nós mantermos uma política econômica que permita um certo crescimento.

Desculpem-me porque estou falando demais, mas quero deixar claro o que penso sobre essa política. Depois, vou passar para um assunto mais direto das Forças Armadas, mas essa política de crescimento sustentado requer que o Estado ponha em ordem suas fi-

nanças. E lhes disse que um dos problemas que aconteceu aqui é que o Estado passou a ser despoupador líquido, se endividou muito. Por que é que estamos fazendo uma política chamada de ajuste? É por que o Fundo Monetário Internacional quer? Não. Essa política propus em setembro de 98 quando ainda era candidato à reeleição. E disse com todas as letras o porquê e o que se faria.

Em razão do que já se sabe, das desorganizações provocadas pelas crises internacionais, a nossa dívida cresceu demais. Não a externa, a interna. A dívida externa brasileira, a dívida do setor público brasileiro, hoje, não chega a 100 bilhões de dólares. O nosso PIB é de 750 bilhões. Como nós temos 30 bilhões de reserva, a dívida líquida é de 70. Essa dívida, uma boa parte, é para organismos internacionais: BID, Banco Mundial, etc. E o resto é financiado a trinta anos de prazo e tem piso e teto de juros. Eu mesmo negociei com o Pedro Malan, quando fui Ministro da Fazenda. A preocupação não é a dívida externa do setor público. Há uma outra dívida externa, que é das empresas. Esta, somada à nossa. As duas juntas devem estar em 220 bilhões, mais ou menos, um pouco mais talvez.

A dívida das empresas é o seguinte: a Volkswagen do Brasil, a General Motors, a Alcatel, qualquer uma dessas, toma dinheiro lá fora porque a taxa de juros é mais barata. E essa dívida é da empresa, não é do governo. Quando é que ela se torna do governo? Quando você tem um problema de balanço de pagamento. Quando há uma crise internacional, e não há recursos para transformar real em dólar. Aí complica. Foi o que aconteceu no passado. Não havendo isso, havendo um fluxo normal de refinanciamento essa dívida não é nossa, no sentido do Estado, é das empresas e elas tomam lá fora por que é vantagem para elas.

Bom, então não é essa dívida a mais preocupante. É outra, é do setor interno, as dívidas que o Governo faz para poder pagar a Previdência, para poder pagar os seus gastos correntes, para poder pagar os juros. Bom, fomos pagando os juros sem pagar, quer dizer, é só olhar os orçamentos. Todo ano tem a rolagem da dívida, por isso é que diz: "está pagando não sei quantos bilhões de dívidas?" Não é

verdade. Está rolando a mesma dívida e, em vez de pagar com dinheiro, paga com novos títulos. Por isso, o Governo tem essa facilidade de se endividar, e põe novos títulos e tem dificuldade de pagar a educação e a saúde, porque ninguém vai pagar a educação com título, ninguém vai pagar salário com título. Tem que ser com dinheiro. A dívida se paga com título, emitem-se novos títulos. Até certo ponto, pois chega a um ponto em que o banqueiro diz: "Não, eles não vão ter condições de pagar nunca, e aí complica tudo".

A nossa dívida tinha começado – por causa daquilo que já disse aqui – a subir demais. Então, para estabilizar a economia, parar a inflação e diminuir a taxa de juros ou evitar que a inflação subisse, por que já tinha parado, é preciso estabilizar a dívida. O compromisso que temos é de estabilizar a dívida interna, e a outra também, mas a interna é que subiu mais, em conjunto elas correspondem, hoje, a 47,5 do PIB. Vejo esse dado publicado com muita estridência.

Agora, conversando com o Rei da Espanha e o Ministro do Exterior, eles disseram: quanto é? Eu disse: 47,5. Ah, na Espanha é 80. Na Itália é 120. Bom, então tem que ser proporcional. Então, se é mais baixa que desses países, por que a preocupação? Duas razões: é que nesses países a taxa de juros é 3, 4 e o prazo de pagamento é 10 anos. Aqui a nossa luta, hoje, não é estabilizar a dívida, porque, ao estabilizar nesses 47,5, que é baixo, do ponto de vista da economia internacional; é conseguir que a taxa de juros caia e que a dívida se alongue, o perfil, é o que nós estamos fazendo.

Quando eu era Ministro da Fazenda se rolava a dívida a cada 2 meses, agora é mais ou menos 1 ano e 2 meses. Ainda é curto porque a confiança ainda não voltou totalmente. A taxa de juros, já disse aqui qual é a taxa de juro real hoje: essa dívida do Governo é paga a 17%, menos 6 dá 11. Mas esse tem que baixar mais, o Governo seria muito estúpido se eles pudessem e não baixassem, porque é ele mesmo quem paga, não depende de um ato meu nem do Banco Central, depende de condições econômicas. Porque se nós baixamos e os emprestadores não aceitam eles bloqueiam a rolagem da dívida, e se bloquear a rolagem da dívida é uma crise. Então, é um mercado que define o

nível dos juros e ele aceita que baixe porque ele está vendo que o Governo está se tornando cada vez mais solvável. Por quê? Porque nós estamos gerando superávit primário. O que é superávit primário? Desconto os juros, o que se recebe de imposto e o que se gasta, e sobra um “x”, e este paga a dívida, diminui a dívida.

O esforço tem sido brutal. Nós estamos gerando um superávit de mais ou menos 3% do PIB, só o Governo Federal tem gerado, o ano passado, os 25 bilhões – não sei se só – mas é mais de 20 bilhões, certamente. E é claro que é duríssimo isso, duríssimo para mim porque vem o Ministro da Saúde, da Educação, da Reforma Agrária, dos Transportes: “Mas, Presidente, com 100 milhões eu faço não sei o quê, com 500 eu resolvo tal problema.” E é preciso ter determinação dura, moral, de convicção de que tem que dizer “não”, porque se não disser não e se for gastar vai ser pior, porque vai subir de novo tudo, vai haver uma paralisação e aí não vai ter é nada.

Bom, tivemos êxito na operação, conseguimos – como eu disse aqui – expandir bastante alguns gastos importantes do Brasil, seguimos muita coisa, inclusive o salário do setor público, mas estamos pondo em ordem este ano, também, esse é o compromisso que o Brasil tem. De vez em quando, eu vejo: “ah, porque o Fundo Monetário disse para fazer isso, para fazer aquilo”. Mas não é possível essa mentalidade colonial. Não, nós informamos que faríamos esse esforço e, por isso, nos emprestaram 41 bilhões. Não o Fundo, mas um conjunto de países, inclusive o Fundo, e já pagamos. Já pagamos o que foi emprestado em 98, já pagamos. Falta pagar, porque não é o caso, o Banco Mundial – Bird – e os empréstimos dos bancos internacionais e do Fundo Monetário: 1 bilhão e pouco, 1 bilhão – eu não sei se é 1 bilhão e meio mais ou menos. Podem dizer: “Por que não paga?” Porque se eu pagar 1 bilhão e meio do Fundo Monetário, o mundo todo vai dizer: “Meu Deus, eles não estão mais cumprindo nenhum programa!” E outra vez volta a desconfiança. Quer dizer, hoje o Brasil, se quiser, paga na hora, não tem nenhuma relação de maior obrigação, pode pagar. Não vai pagar. Não é porque é do Fundo, é porque o Brasil precisa, o País precisa colocar as finanças em

ordem. No ano que vem, sim, pagaremos e terminaremos o programa. O ano que vem, com a economia saudável.

Então, esse é o esforço que estamos fazendo. E estou, talvez, dando muito detalhes, mas é para que se entenda como é que o Governo funciona, quais são os objetivos, porque faz, tem uma lógica, tem um propósito, tem um projeto de Brasil, tem um programa para o Brasil e que se não faz mais depressa aqui ou ali é porque há tais ou quais circunstâncias.

Bom, dito isso, evidentemente temos algumas preocupações. Vou me referir a poucas aqui, é que são mais ligadas, diretamente, às atividades das nossas Forças Armadas.

Foi muito discutido, recentemente, que um país para poder ter, como desenhei aqui, um projeto do tipo que acho que o País precisa ter e tem, de ter uma ação mais afetiva, mais nacional no mundo, ele tem que contar com Forças. Seria impensável – se estou aqui falando de Brasil que reúne o Congresso com América do Sul, fala com a China, com o Japão, com os Estados Unidos, que tem condições de não ficar aí cabisbaixo e pensar com mentalidade colonial que lá de fora dita o que vai se fazer, tem que ter Forças Armadas – adestradas, profissionais, competentes. Essas Forças Armadas podem ajudar e ajudam na questão de segurança e do narcotráfico. Mas, não são e não vão ser, enquanto eu for Presidente, colocadas nesse sistema, porque não é a sua função. Vão ajudar. Temos fronteiras, precisamos ter uma ação na fronteira. Faz parte da destinação constitucional a integridade do território nacional.

O narcotráfico, hoje, é uma preocupação real. Ele é internacional. Temos que ter uma ação muito eficaz de antidroga, de prevenção, mas essa não é a missão. Embora seja importante, que ajudem, na inteligência, na infra-estrutura, nas fronteiras. Temos preocupações sérias. Talvez o problema que mais aflija os brasileiros, hoje, seja a segurança do cidadão. Essa destinação condicional não é nem das Forças Armadas e nem do Governo Federal, é dos governos estaduais. O Governo Federal vai fazer, como está fazendo, uma ação supletiva aos governos estaduais. E talvez uma ação de demonstração. Nós temos, na Polícia Federal, 7 mil, é isso? Um

contigente de 7 mil pessoas. A Polícia de São Paulo, quantas pessoas tem? Oitenta e poucos mil homens. São Paulo, só São Paulo.

Então, evidentemente a segurança do cidadão – aliás, essa não é destinação da Polícia Federal – tem que ser da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos vários estados. E o que podemos fazer é uma ação supletiva, de apoio. Apoio, o mais eficaz possível, com presídios, treinamento, aumento de tecnologia, ações sociais, coordenação de ações sociais, ações preventivas antidrogas. Isso o Governo Federal pode fazer, mas não é função das Forças Armadas, ou melhor, não é sua destinação constitucional. Elas são brasileiras, vão ajudar o Estado onde for necessário. Mas é na fronteira. Porque aí é destinação, aí é a soberania do País, mas não é na rua, para deixar bem claro isso.

Dito isso, nós vamos ter que olhar para as nossas Forças Armadas com essa visão desse Brasil renovado pelas circunstâncias nacionais e internacionais e um Brasil que tem ambição de ser um país decente, e que, portanto, precisa ter Forças Armadas treinadas e equipadas.

Devo assinar, esta semana, algumas diretrizes no que diz respeito a reequipamento de Forças Armas, porque os senhores sabem, melhor do que eu, que tudo isso é custo e leva tempo. Mas tenho a dizer que – gosto de repetir uma frase do general Zenildo – que as Forças Armadas não podem ser mais ricas do que o país ao qual elas servem. Também não podem ser mais pobres. Tem que haver um equilíbrio nessa matéria. Estamos buscando esse equilíbrio. Nunca deixamos de prestar atenção.

No caso específico da Aeronáutica, há uma preocupação maior, por razões que são, também, de conhecimento geral. Vamos atender, dentro do possível, essas aspirações, que são legítimas, de reequipamento, ponderando sempre esses recursos, as possibilidades, mas vamos ter aí um compromisso ativo, como também para com as outras Forças. Mencionei a Aeronáutica porque me parece que é onde a questão de equipamento é mais sensível nesse momento.

O mesmo diga-se com relação à questão que mencionei, de passagem, que é a questão salarial, que aflige a todos os brasileiros e, sobretudo, os brasileiros que servem ao Estado. O Estado brasileiro é um Estado modesto, é um Estado onde há abuso de poucos. E há

uma sub-remuneração da imensa maioria. E essa sub-remuneração é inversamente proporcional à qualificação e à capacitação das pessoas, o que é o mais triste. Nós temos limites de remuneração.

O Executivo, especialmente. O Executivo brasileiro é parco de salários, parco de tudo. Bom, não podemos mudar isso do dia para a noite. Mas vamos, também, encarar essa questão com muita objetividade. Como eu disse aqui, acho que no ano que vem o setor privado – já está começando – o setor privado vai poder ter uma elevação maior de produtividade. Espero que o setor público também.

Acho que é possível – não quero dizer uma palavra que possa ser mal interpretada, sobretudo pelos meus assessores econômicos – mas acho que vamos ter que olhar isso. As pessoas têm que saber para onde é que elas vão. Qual é o objetivo? Se não pode agora, quando vai ser possível? Qual vai ser o horizonte de recuperação da condição, eu diria até que da condição mínima de dignidade profissional. E me refiro não apenas aos militares, porque temos o setor civil do Estado também, que tem tido uma compreensão grande.

Começamos a recuperar algumas carreiras. O senhores têm visto aí. Nós temos feito um esforço. E sempre difícil. Mas não quero elidir esse termo da discussão, porque não é meu jeito de ver. Não estou negando as dificuldades, mas eu reconheço a necessidade. E assim como disse, na questão de equipamento, vamos ter diretrizes. Essas serão breves, espero, também – na Casa Civil há estudos dessa matéria, não posso dizer porque não li – mas espero ter, também de uma forma bastante concreta, um escalonamento que permita ter um horizonte de recuperação salarial que é necessário para que possamos, enfim, enfrentar as grandes questões para as quais estamos sendo desafiados pela própria sorte do Brasil neste momento.

Eram essas as palavras que eu queria trazer. Perdoem-me. Como de hábito, falei além do limite. Mas é que me entusiasma sempre falar sobre o Brasil.

Muito obrigado.